LEI Nº 973 de 17 de Março de 2021

## "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapará, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapará aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art.** 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Contadoria Municipal, crédito especial, no valor de **R\$ 52.500,00** (Cinqüenta e dois mil e quinhentos reais), destinado à suplementar a dotação do orçamento vigente, classificada e codificadasob número:

Entidade 01 – Prefeitura Municipal de Guatapará Órgão 06 – Secretaria Municipal de Assistência Social Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social 08.244.0036.2044 – Programa Primeira Infância no SUAS Fonte de Recurso - 01 – Tesouro (1433) Código de Aplicação - 500 – Geral Detalhamento – 427 - Programa Primeira Infância no SUAS

**Parágrafo Único-** O valor de **R\$ 52.500,00** do presente crédito será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação oriundo do repasse a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1°, inciso II do artigo 43 da Lei Federal n° 4320/64.

Art. 2°- Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder às alterações e inclusões no respectivo projeto e nos anexos da Lei n.º 834 de 19 de Dezembro de 2017 que aprovou o PPA 2018\_2021, a Lei n.º 954 de 11 de Dezembro de 2020que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2021 e a Lei n.º 955 de 11 de Dezembro de 2020, que estabeleceu a Lei Orçamentária Anual relativamente ao Exercício de 2021.

**Art.** 3º - Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.





Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

> JURACY COSTA DA SILVA Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA Secretário Municipal de Administração